

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

Ação política empresarial: como votaram os deputados-empresários da 56ª legislatura em temas específicos

Paulo Costa, Acácio Telechi, Wellington Nunes, Adriano Codato

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7143>

Submetido em: 2023-10-08

Postado em: 2023-10-09 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Renato Perissinotto (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8747-7976>)

13º Workshop Empresa, Empresários e Sociedade – WEES

Ação política empresarial: como votaram os deputados-empresários da 56ª legislatura em temas específicos

Paulo Costa^{1*}
Acácio Telechi^{**}
Wellington Nunes^{***}
Adriano Codato*

* Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Brasil

** Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Brasil

*** INCT Representação e legitimidade democrática (ReDem)

Goiânia – GO
Outubro, 2023

¹ Corresponding Author: paulocostaufpr@gmail.com

Universidade Federal do Paraná

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Rua General Carneiro, número 460, sala 518

Curitiba – Paraná – Brasil

Business Political Action: Voting Trends of Businesspeople-Parliamentarians in the 56th Legislature

Abstract

This study investigates the voting behavior of businesspeople-parliamentarians in the 56th legislature of Brazil on specific legislative topics. To this end, we identified the parliamentarians who declared themselves as businesspeople (203) and compared their voting patterns in Plenary meetings against the group of non-businesspeople (420) in the period 2019-2023. The legislature comprises a total of 623 voters, including substitutes. Rather than undertaking a comprehensive diachronic analysis encompassing all votes, we opted for a synchronic approach, concentrating on four key thematic areas: economy, education, environment, and societal norms. Within each thematic category, we selected emblematic bills that underwent "nominal voting" (open ballot) in Congress: pension reform (2019), Fundeb (2020), renewable energy (2021), and homeschooling (2022). Our underlying hypothesis posits that while party affiliation may explain general legislative behavior (as the literature has shown), societal variables (such as occupation, a proxy for "class"), may gain relevance in specific thematic contexts. Our findings did not support our hypothesis. After comparing the votes of businesspeople-parliamentarians against non-businesspeople, using the Rice Index and W-Nominate, pairing them with Propensity Score Matching (PSM), we did not identify statistically significant differences between the two groups. These findings suggest that, for the topics under investigation, it is not possible to support the existence of a distinct business caucus within the Brazilian Congress.

Keywords: businesspeople; political action; Rice Index, W-Nominate, Propensity Score Matching (PSM).

Ação política empresarial: como votaram os deputados-empresários da 56ª legislatura em temas específicos

Resumo

Como votaram os deputados-empresários da 56ª legislatura em temas específicos? Para responder à essa questão identificamos os deputados que se autodeclararam empresários (203) e comparamos o seu comportamento em Plenário com o do grupo dos não empresários (420) no período 2019-2023. Ao todo, são 623 votantes na legislatura, considerando também os suplentes. Em vez de observar todas as votações em uma análise diacrônica, optamos por olhar para temas específicos em uma análise sincrônica: economia, educação, meio ambiente e costumes. Dentro de cada um desses temas, selecionamos um projeto de lei emblemático, com votação nominal no Plenário da Câmara dos Deputados: reforma previdenciária (2019), Fundeb (2020), energia renovável (2021) e *homeschooling* (2022). A hipótese subjacente é que, ainda que o critério partidário explique o comportamento geral dos parlamentares, como mostra a literatura, em temas específicos, variáveis sociais (como ocupação, uma proxy para “classe”) podem ganhar relevância. Os resultados não permitiram sustentar a hipótese. Após comparar as votações nominais dos deputados-empresários com as do não empresários, utilizando o *Índice Rice* e *W-Nominate*, pareando-os com *Propensity Score Matching* (PSM), não identificamos diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos. Esses resultados mostram que, para os temas analisados, não é possível sustentar a existência de uma bancada empresarial na Câmara dos Deputados.

Palavras-chave: empresários; ação política; Índice Rice, W-Nominate, Propensity Score Matching (PSM).

1. Introdução

Um dos tópicos da extensa agenda de pesquisas que investiga as relações entre atores empresariais e política no Brasil é a que se preocupa com a atuação desses grupos no Poder Legislativo, especialmente no Congresso Nacional. O interesse dos pesquisadores nessa esfera de poder aumentou muito após a redemocratização, quando houve uma redistribuição de poder que favoreceu o Legislativo, ainda que o Executivo tenha permanecido como o protagonista principal da política nacional.

A atuação de grupos sociais específicos no Legislativo também desperta o interesse de jornalistas, analistas, associações de classe e organizações sociais. Daí surgem as bancadas “do boi”, “da bala”, “da Bíblia” etc. Essa perspectiva inclui nessa lista a chamada “bancada empresarial”, presente nas publicações do Diap para se referir a parlamentares com origem no meio empresarial e que, depois de eleitos, continuariam a representar, no Congresso, os interesses econômicos e políticos dos “empresários”. Esse argumento, que bastante sedutor a depender do meio onde circula, costuma render bastante engajamento no noticiário político e econômico.

Mas será que é possível, em termos empíricos, falar de uma “bancada empresarial” no Legislativo? Ou seja, parlamentares com origem no meio empresarial, uma vez eleitos, comportam-se de maneira diferente no Congresso quando comparados a parlamentares com origem social em outros estratos sociais? A extensa literatura sobre instituições e partidos defende que não, mostrando que a variável que define comportamento parlamentar é o partido, isto é, orientação e disciplina partidária, variando em função da participação ou não na coalizão de governo da vez.

Defensores da existência dessas bancadas costumam contra-argumentar que o comportamento corporativo, isto é, em defesa dos interesses de determinado grupo, não se manifesta o tempo todo, mas em momentos específicos, quando interesses mais relevantes estão em jogo. Portanto, o comportamento corporativo deveria ser procurado em temas cujo potencial agregador seja elevado e dependendo do grupo considerado.

Este trabalho procura responder ao problema formulado acima olhando para o comportamento dos *deputados-empresários* na Câmara Federal. Em vez de observar todas as votações em uma análise diacrônica, optamos por olhar para temas específicos em uma análise sincrônica: economia, educação, meio ambiente e costumes. Dentro de cada um desses temas, selecionamos um projeto de lei emblemático, com votação nominal no Plenário da Câmara dos Deputados durante a 56ª legislatura: reforma previdenciária (2019), Fundeb (2020), energia renovável (2021) e *homeschooling* (2022).

O objetivo deste estudo é examinar a votação dos deputados-empresários em comparação com a dos deputados não empresários. A hipótese subjacente é que, ainda que o critério partidário explique o comportamento geral dos parlamentares, como mostra ampla literatura, em temas específicos, variáveis sociais (como ocupação) podem ganhar relevância e orientar o comportamento político desses agentes.

Os resultados não permitiram sustentar a hipótese aventada. Após comparar as votações nominais dos deputados-empresários com as do não empresários, utilizando Índice *Rice* e *W-Nominate*, pareando-os com *Propensity Score Matching* (PSM), não identificamos diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos. O achado mostra que, para os temas analisados, não é possível sustentar empiricamente a existência de uma bancada empresarial na Câmara dos Deputados. Novas análises, considerando outros grupos sociais/parlamentares e outros temas de interesse, podem contribuir para aprofundar mais o conhecimento sobre a influência de variáveis societais nas instituições políticas.

O trabalho está organizado em três seções. Na seção 2 apresentamos os materiais e métodos utilizados na pesquisa. Na terceira seção apresentamos os resultados. A última seção resume os achados do estudo.

2. Materiais e Métodos

Descrevemos a metodologia adotada para avaliar a existência de uma bancada empresarial por meio da comparação da coesão dos votos entre indivíduos classificados como políticos empresários e não empresários.

A coesão dos votos foi avaliada utilizando o Índice Rice, uma medida amplamente reconhecida para avaliar a similaridade nos padrões de comportamento entre diferentes grupos (Figueiredo e Limongi, 1999; Nicolau, 2000; Sieberer, 2006). Além disso, para garantir uma comparação mais precisa, empregamos o método *Propensity Score Matching* (PSM) para parear indivíduos empresários e não empresários.

O Índice Rice é uma métrica que quantifica o grau de coesão entre os votos de um grupo qualquer como legisladores. Ele avalia a proporção de votos coincidentes em relação ao total de votos, permitindo aferir a consistência nas escolhas feitas por um determinado grupo em diferentes proposições legislativas. Quanto maior o índice, maior a coesão dos votos, indicando uma tendência maior desse grupo votar de maneira uniforme. É calculado da seguinte maneira:

$$R_{ij} = \frac{|S_{ij} - N_{ij}|}{S_{ij} + N_{ij}}$$

onde representa o Índice Rice para o agrupamento² *i* na votação *j*; *S_{ij}* é a quantidade de votos *sim* do agrupamento *i* na votação *j*; e *N_{ij}*, a quantidade de votos *não* do agrupamento *i* na votação *j*.

Calcular o índice de maneira agregada, isto é, utilizando todos os parlamentares, enviesaria o resultado, uma vez que o voto do parlamentar depende, entre outras variáveis,

² Para este estudo, entendeu-se como agrupamento o fato de o parlamentar ser ou não empresário.

do partido e da sua orientação e da posição desse último em relação ao governo. Assim, como os empresários não estão uniformemente distribuídos nos partidos, o índice seria enviesado em favor de uma maior coesão entre os empresários. Para lidar com isso, utilizamos o método *Propensity Score Matching*.

O PSM é uma técnica estatística utilizada para minimizar os vieses de seleção ao comparar grupos que não foram aleatoriamente designados. O método de pareamento busca construir um grupo de controle semelhante ao grupo de tratamento a partir de determinadas características observáveis, permitindo, assim, estimar o efeito médio do tratamento sobre o grupo de interesse. O índice consiste na probabilidade de o indivíduo ser tratado dado certas características observáveis. Para este trabalho, temos:

$$P(X_i) = P(E_i = 1; X_i)$$

onde X_i é o vetor de variáveis independentes do indivíduo i ; E_i é a variável que representa o tratamento, neste caso, o fato de ser (1) ou não (0) empresário.

Neste estudo, utilizamos uma regressão logística para estimar essa probabilidade com a seguinte especificação:

$$Y_i = \alpha + \beta_1 \text{Partido}_i + \beta_2 \text{UF}_i + \beta_3 \text{Gov}_i + \epsilon_i$$

onde Partido_i representa o partido do deputado i ; UF_i , a unidade federativa pela qual foi eleito o parlamentar i ; Gov_i , governismo³ do parlamentar i ; e ϵ , o vetor de erros.

Assim, com a regressão logística é possível calcular a probabilidade de o parlamentar ser ou não dadas as características observáveis.

Ao utilizar o PSM, procuramos garantir que as diferenças observadas na coesão dos votos entre empresários e não empresários sejam atribuíveis à variável de interesse (ser ou não empresário) e não a outras variáveis. A abordagem PSM aumenta a validade interna da análise, permitindo-nos fazer inferências mais sólidas sobre a existência ou não de uma "bancada empresarial" com base nas diferenças observadas na coesão dos votos entre os grupos pareados.

Assim, os deputados-empresários podem ser pareados com os deputados não empresários que apresentem o mesmo *score* de propensão, isto é, a mesma probabilidade de serem empresários.

Para realizar o pareamento, ou *matching*, optamos pelo método de *nearest neighbor* na proporção 1:1, ou seja, para cada parlamentar-empresário pareamos um não empresário com o *score* de proporção mais próximo.

³ O governismo foi calculado com base na proporção de votos alinhados com o governo que o parlamentar efetuou, isto é, $\text{Gov}_i = \frac{VA_i}{VA_i + VN_i}$ onde VA_i é a quantidade de votos alinhados à orientação do governo do parlamentar i , e a VN_i é a quantidade de votos em desacordo com a orientação do governo.

Portanto, a combinação do Índice Rice e do *Propensity Score Matching* fornece uma metodologia mais robusta para investigar a possível existência de uma bancada empresarial, ao avaliar de forma comparativa a coesão dos votos entre legisladores empresários e não empresários, enquanto controla outros fatores que poderiam influenciar os resultados.

Em seguida, utilizamos o *W-Nominate* para avaliar a proximidade ideológica dos deputados. Assim, é possível avaliar se o fato de ser empresário pode levar a preferências diferentes em relação a um não empresário. Da mesma forma que fizemos com o *Rice*, também pareamos os parlamentares por meio do PSM. A hipótese, então, foi testada por meio de uma regressão linear onde a variável a ser explicada foi a primeira dimensão do *W-Nominate* e a explicativa se era ou não empresário (já controlada pelas demais covariáveis por meio do PSM).

3. Resultados

Esta seção está dividida em três partes. A primeira, apresenta as estatísticas descritivas dos dados utilizados. A segunda, a análise dos resultados do *Índice Rice*. A terceira, os resultados para a análise do *W-Nominate*.

3.1. Estatísticas descritivas

Como mencionado anteriormente, os quatro temas selecionados para o estudo foram: Energia Renovável, FUNDEB, *Homeschooling* e Reforma da Previdência. Para cada projeto, percorremos a árvore de apensados, isto é, coletamos todas as proposições (outros projetos de lei, emendas, requerimentos, destaques etc.) que estivessem vinculados diretamente ao projeto selecionado. Dessa forma, nossa amostra constituiu-se em 746 proposições.

Em seguida, coletamos todas as votações que estavam vinculadas a elas, totalizando 441 votações. Contudo, nem todas as votações são nominais. Assim, do total de votações, apenas 65, ou cerca de 15%, apresentaram os votos nominalmente. A tabela 1 resume os resultados por tema.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas referentes aos temas selecionados na 56ª legislatura (2019-2023)

Tema	Proposições	Votações	Votações Nominais (% das votações)	Votos
Energia Renovável	101	18	3 (16,7%)	1.357
FUNDEB	31	17	4 (23,5%)	1.589
<i>Homeschooling</i>	61	23	12 (52,2%)	4.055
Reforma da Previdência	553	383	46 (12,0%)	19.509
Total	746	441	65 (14,7%)	26.927

Fonte: os autores.

Com relação aos parlamentares da amostra, encontramos 623 deputados. Foram considerados todos os deputados que exerceram mandato na 56ª legislatura, isto é, entre 01/02/2019 e 31/01/2023. Por conta disso, esse valor é maior do que o número de cadeiras na Câmara Federal (513). Destes, 203 (32,6%) foram identificados como empresários. Um ponto importante para análise é que os deputados-empresários não estão distribuídos uniformemente entre os partidos. A tabela 2 apresenta a quantidade de deputados (A), deputados-empresários (B) e o percentual desses últimos em relação ao total por partido.

Tabela 2 – Distribuição de deputados-empresários por partido político na 56ª legislatura (2019-2023)

Partido	Deputados (A)	Deputados Empresários (B)	% (B/A)
PSC	12	9	75.0
NOVO	8	4	50.0
REDE	2	1	50.0
PP	69	34	49.3
SOLIDARIEDADE	9	4	44.4
AVANTE	7	3	42.9
UNIÃO	64	25	39.1
PODE	13	5	38.5
CIDADANIA	8	3	37.5
MDB	43	16	37.2
PL	85	31	36.5
PSD	58	21	36.2
REPUBLICANOS	55	16	29.1
PDT	21	6	28.6
PSDB	32	7	21.9
PV	5	1	20.0
PATRIOTA	5	1	20.0
PT	65	11	16.9
PSB	31	4	12.9
PSOL	10	1	10.0
PROS	7	0	0.0
PCdoB	9	0	0.0
PTB	5	0	0.0
Total	623	203	32.6

Fonte: os autores.

É possível perceber que os parlamentares-empresários estão concentrados em partidos mais à direita do espectro político – algo conhecido pela literatura (Rodrigues

2002). 70% dos empresários (143 de um total de 203) fazem parte do PP, PL, UNIÃO, PSD, MDB e REPUBLICANOS.

3.2. Rice

Calculamos o Índice *Rice* para a amostra pareada e não pareada para verificar se há diferença entre as médias do índice de deputados-empresários e não empresários. A figura 1 apresenta dois gráficos *boxplots*, com pareamento (a) e sem pareamento (b). No caso da amostra sem pareamento, verificamos uma maior variância do índice para os não empresários. Isso é esperado, uma vez que há viés de seleção na amostra entre empresários ou não. Nesse caso, verifica-se uma maior mediana do índice para os empresários. Trata-se, contudo, de um resultado enviesado, por isso a necessidade de corrigir esse problema.

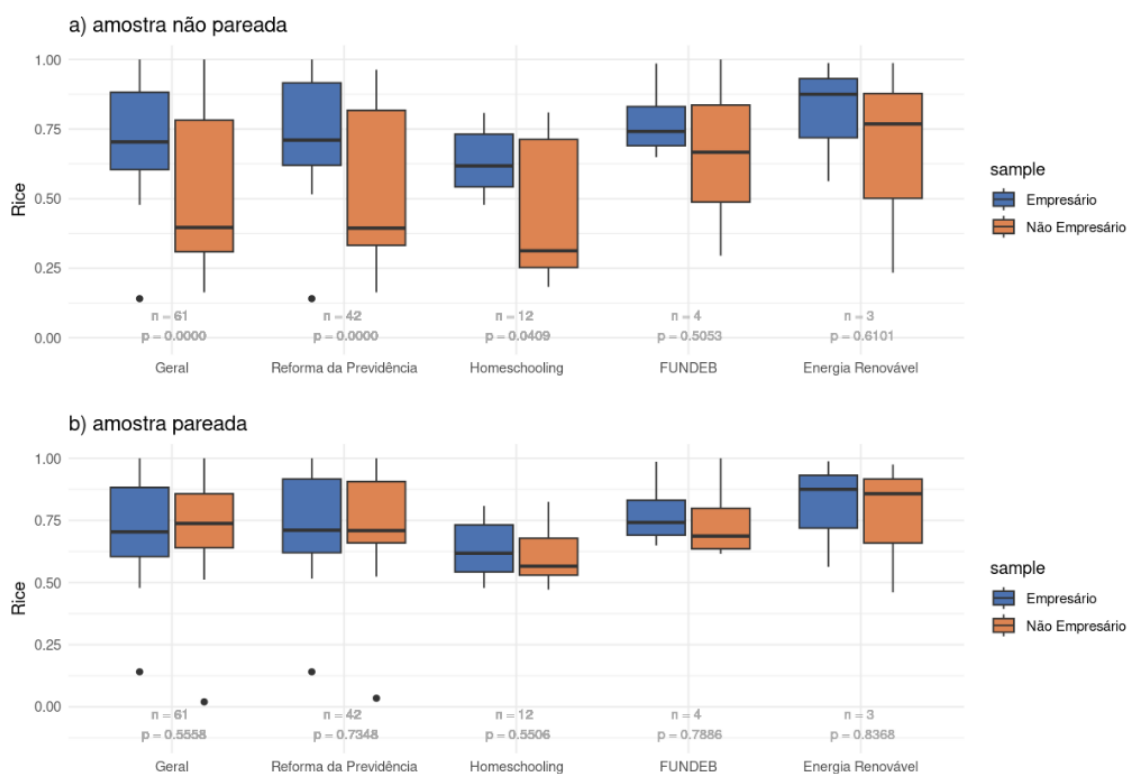


Figura 1a e Figura 1b. Boxplot da média do Índice Rice por tema comparando a amostra pareada e não pareada de empresários vs. não empresários. O n refere-se à quantidade de votações consideradas por tema; o p, ao *p-valor* da estatística T utilizada para comparar a média dos dois grupos.

Fonte: os autores.

Ao analisar a Figura 1a, verificamos que houve diferença estatística – medida pelo teste-T – para alguns temas entre as médias dos índices Rice. São eles: Geral, Reforma da Previdência e *Homeschooling*.

O “Geral” refere-se a todas as votações consideradas na amostra. Quando se faz a análise com pareamento (Figura 1b), contudo, verificamos que não há diferença estatística entre os dois tipos de parlamentares. Tal similaridade também foi independente do tema. Mesmo em temas considerados caros aos empresários, como a Reforma da Previdência, não há diferença na coesão entre ambos os grupos. Isso indica que o fato de o deputado ser empresário não implica em um comportamento mais ou menos coeso em relação aos demais deputados-empresários.

3.3. *W-Nominate*

Após a aplicação do método *W-Nominate*, os resultados revelaram um cenário de relativa baixa polarização nas votações analisadas. Esse achado sugere que os deputados tendem a compartilhar posições ideológicas nas questões legislativas analisadas.

É interessante notar que, entre as dimensões avaliadas pelo método, a primeira dimensão emergiu como o principal fator de diferenciação entre os deputados. A primazia dessa primeira dimensão nos resultados do método *W-Nominate* destaca a sua importância como um indicador chave para compreender as dinâmicas políticas e ideológicas presentes no contexto legislativo em questão. A figura abaixo apresenta os resultados para três temas: Geral, Reforma da Previdência e *Homeschooling*. Os demais temas foram excluídos devida à baixa quantidade de votações, inviabilizando a aplicação do método.

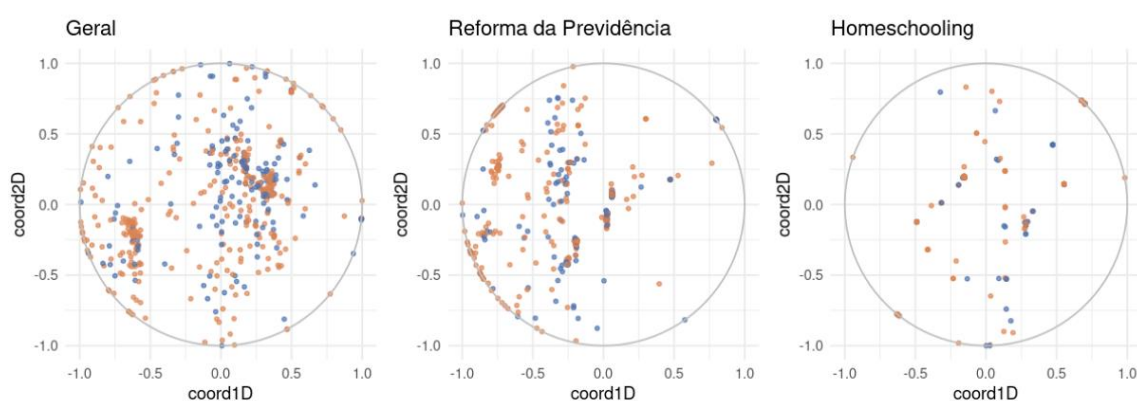


Figura 2.

Fonte: os autores.

Dado que a primeira dimensão revelou ser altamente influente na diferenciação dos posicionamentos ideológicos dos deputados, decidimos avançar em nossa análise utilizando apenas essa dimensão.

Para compreender melhor a relação entre as orientações ideológicas e a variável que indica se um deputado é ou não empresário, aplicamos uma regressão linear múltipla, sendo a variável a ser explicada o "coord1D" e as explicativas o fato de ser ou não empresário, governismo, UF e partido. Os resultados podem ser vistos na tabela 3.

Tabela 3 – Regressão Linear Múltipla

	<i>Antes do Pareamento</i>			<i>Após o Pareamento</i>		
	<i>Geral</i>	<i>Reforma da Previdência</i>	<i>Homeschooling</i>	<i>Geral</i>	<i>Reforma da Previdência</i>	<i>Homeschooling</i>
(Intercept)	-0,05 (0,04) *	-0,27 ($<2e-16$) ***	0,14 ($5,13e-06$) ***	0,12 ($1e-05$) ***	-0,13 ($4e-06$) ***	0,21 ($1e-06$) ***
is_empresa	0,14 (0,00) ***	0,09 (0,02) *	0,06 (0,32)	-0,03 (0,30)	-0,05 (0,20)	-0,02 (0,80)
n	559	511	446	378	336	304

Fonte: os autores.

Como é possível perceber, a variável "is_empresa" possui significância estatística para os temas "Geral" e "Reforma da Previdência". O resultado, porém, está enviesado da mesma forma que ocorreu com a análise do Índice Rice. Após pareamos novamente a amostra, verificamos que para nenhum tema a variável "is_empresa" tem relevância. Para calcular a relevância estatística do coeficiente utilizamos erros padrões robustos por cluster. Além disso, a especificação da regressão utilizada pode considerar apenas a variável "is_empresa" já que a diferença nas demais covariáveis foram controladas pelo PSM.

Esse resultado reforça o que foi encontrado pela análise do Rice: ser ou não ser empresário não diferencia ideologicamente os deputados após serem pareados.

Há, portanto, indícios de que o fato de ser empresário importa menos para explicar a coesão dos votos e ideologia do que outras variáveis como partido, governismo e bancada.

4. Discussão e conclusões

Este artigo procurou responder à seguinte questão: é possível, em termos empíricos, falar de uma "bancada empresarial" no Legislativo? Ou seja, parlamentares com origem no meio empresarial, uma vez eleitos, comportam-se de maneira diferente no Congresso quando comparados a parlamentares com origem social em outros estratos?

Conhecendo os resultados da extensa literatura sobre instituições legislativa e partidos no Brasil, que mostra que a variável definidora do comportamento parlamentar é o partido, decidimos olhar não para as votações em geral, mas para temas específicos, que pudessem denunciar um comportamento mais coeso entre deputados com origem empresarial.

A hipótese aventada foi a de que, ainda que o critério partidário explique o comportamento geral dos parlamentares, variáveis societais (como ocupação) podem ganhar relevância em temas específicos e diferenciar os políticos.

Os quatro temas selecionados para o estudo foram: Energia Renovável, FUNDEB, Homeschooling e Reforma da Previdência. Dentro de cada um dos temas, selecionamos um projeto de lei emblemático, com votação nominal no plenário da Câmara dos Deputados: reforma previdenciária (2019), Fundeb (2020), energia renovável (2021) e homeschooling (2022).

Para cada projeto referente ao tema, percorremos a árvore de apensados, isto é, coletamos todas as proposições (outros projetos de lei, emendas, requerimentos, destaques etc.) que estivessem vinculadas ao projeto em questão. Dessa forma, nosso universo foi formado por 746 proposições. Em seguida, coletamos todas as votações que estavam vinculadas a elas, totalizando 441 votações. Contudo, nem todas as votações são nominais. Assim, do total de votações, apenas 65, ou cerca de 15%, apresentaram os votos nominalmente.

Os resultados não dão sustentação à hipótese aventada. Após comparar as votações nominais dos deputados-empresários com as dos não empresários, utilizando *Índice Rice* e *Propensity Score Matching* (PSM), não identificamos diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos. Esses resultados mostram que, para os temas analisados, não é possível sustentar empiricamente a existência de uma “bancada empresarial” na Câmara dos Deputados. Novas análises, considerando outros grupos e outros temas de interesse, podem, contudo, contribuir para aprofundar o conhecimento sobre a influência de variáveis societais nas instituições políticas.

Mas o cenário não é promissor. Em trabalho anterior (Costa, Costa e Nunes 2014), foi mostrado que a hipótese do “recrutamento lateral” (Marenco e Serna 2007) também não se sustenta quando olhamos para os senadores-empresários no período 1986-2010. Senadores com origem no meio empresarial não se beneficiam desse status construindo uma carreira política mais curta do que aqueles com origem em outros segmentos sociais. Foi demonstrado também que não há diferenças em termos de lealdade partidária entre deputados “renovadores” (isto é, oriundos de organizações suprapartidárias de renovação política) e os demais deputados eleitos em 2018 (Picussa, Souza e Codato 2023, no prelo).

Isso não quer dizer que interesses empresariais não sejam representados de outras formas no Congresso Nacional. Mancuso e colaboradores testaram seis covariáveis que poderiam contribuir para que deputados da 55ª legislatura (2015-2019) propusessem medidas legislativas a favor dos interesses de empresários da indústria, do comércio e da agricultura. Encontraram resultados estatisticamente significativos para três dos fatores

testados: ser membro de Comissões Permanentes que tratam de assuntos ligados aos interesses desses grupos, ser de partido de centro ou de direita e ter mais tempo de mandato (Mancuso, Prado e Santos 2023).

O ponto destacado neste *paper*, no entanto, é que deputados-empresários não se diferenciam dos não empresários no plenário, ou seja, não votam de forma mais coesa, constituindo aquilo que se poderia chamar de uma bancada empresarial, como muitas vezes se supõe.

Funding/Financiamento

Productivity in Research PQ/CNPq Scholarship (312223/2020-0)

Productivity in Research PQ/CNPq Scholarships (314909/2021-4)

This study was financed in part by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – Brazil (CAPES) PhD scholarship.

Conflict-of-interest statement/Declaração de conflito de interesse

The authors have no conflicts of interest to declare. All co-authors have seen and agree with the contents of the manuscript and there is no financial interest to report.

Contribuição de autoria /Author Contributions (CRediT)

Paulo Costa: Conceptualization, Supervision. Writing - Review & Editing, Fund Acquisition

Acácio Telechi: Methodology, Software, Data curation, Visualization, Writing- Original draft preparation

Wellington Nunes: Conceptualization, Methodology, Writing – Original Draft preparation.

Adriano Codato: Conceptualization, Methodology, Writing - Review & Editing, Supervision

Autoria

Paulo Costa (paulocostaufpr@gmail.com) é professor titular de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná. É pesquisador 2 do CNPq e membro do Research Committee 20, "Political Finance and Political Corruption" da International Political Science Association, e colaborador no projeto "Corporate Crime and Systemic Corruption In Brazil".

<http://orcid.org/0000-0003-3438-317X>

Acácio Telechi (acaciotelechi@gmail.com) é Mestre e doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná. Bacharel em Administração pela Universidade

Tecnológica Federal do Paraná com dupla-diplomação no Instituto Politécnico de Bragança (IPB - Portugal), onde concluiu o Mestrado em Gestão de Organizações.

<https://orcid.org/0000-0003-1547-0497>

Wellington Nunes (gton_nunes@yahoo.com) é cofundador e consultor sênior da ARW Political Advisory. Foi professor visitante no curso de Administração Pública e Políticas Públicas e no mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, ambos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Atualmente é pesquisador do INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem) sediado na Universidade Federal do Paraná.

<http://orcid.org/0000-0002-9344-7324>

Adriano Codato (adriano@ufpr.br) é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná e Editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política*. É pesquisador 1C do CNPq e coordena o INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem).

<https://orcid.org/0000-0002-5015-4273>

Referências

COSTA, P. R. N., COSTA, L. D., & NUNES, W. (2014). Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). *Revista Brasileira De Ciência Política*, (14), 227–253. <https://doi.org/10.1590/0103-335220141409>

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, FGV.

MANCUSO, W.P., PRADO, J.F.V. & DOS SANTOS, A.L.O.A. Business interests and parliamentary behavior in Brazil. *Int Groups Adv* 12, 192–215 (2023). <https://doi.org/10.1057/s41309-023-00185-4>

NICOLAU, J. (2000). Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). *Dados*, v. 43, n. 4. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000400004>

PICUSSA, R.; DOS SANTOS, R. & CODATO, A. (2023, no prelo). Estabelecidos, outsiders e renovadores: mensurando a lealdade partidária dos deputados federais eleitos em 2018. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 41, p. 1-31, e267142. DOI: 10.1590/0103-3352.2023.41.267142

RODRIGUES, L. M. (2002). *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.

SANTOS, A. M. dos & SERNA, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v. 22, n. 64, p. 93-194. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>

SIEBERER, U. (2006). Party Unity in Parliamentary Democracies: A Comparative Analysis. *Journal of Legislative Studies*, v. 12, n. 2, pp. 150-178. <https://doi.org/10.1080/13572330600739413>

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.